

REPROVAÇÃO NO CURSO DE AGRONOMIA DE UMA IES¹ DO CEARÁ: PRIMEIRAS INCURSÕES DA PESQUISA

Ana Carmita Bezerra de Souza (Autora 1); Fernanda Isméria Ferreira Maia (Co-autora 1).

(1)Universidade Federal do Cariri, Professora do curso de Licenciatura em Letra Libras, Pedagoga,
E-mail: ana-carmita.souza@ufca.edu.br;

(2)Universidade Federal do Cariri, bolsista de iniciação científica – PIBIC, estudante de Engenharia Civil, e-mail: fernandaifmaia@gmail.com

Introdução

O curso de Agronomia tem duração de dez (10) semestres distribuídos em cinco (5) anos e a universidade A oferta 50 vagas anuais nos turnos da manhã e da tarde desde 2006. De acordo com seu Projeto Pedagógico, recentemente atualizado pelo Núcleo Docente Estruturante, o perfil profissional esperado do estudante egresso é:

ser um profissional qualificado capaz de promover a integração de conhecimentos agropecuários direcionados para o desenvolvimento sustentável e de desempenhar eficazmente atividades para a melhoria nas condições econômicas, sociais e ambientais, constituindo, igualmente, a missão do referido curso. Para isto, ao estudante é oferecida uma formação generalista, com base de conhecimentos diversificados no âmbito da engenharia e das ciências agrônomicas que complementada com conhecimentos extras que o possibilitam seguir vários caminhos de atuação, bem como ingressar em pós-graduações nas mais diferentes áreas das Ciências Agrárias. (UNIVERSIDADE A, 2018, p. 18)

Para atingir tal perfil, são ofertadas 54 disciplinas obrigatórias, as quais constituem o núcleo de conteúdos básicos e o núcleo de conteúdos profissionalizantes essenciais e 33 disciplinas optativas a serem escolhidas a partir do 3º semestre.

Neste artigo apresentamos o resultado parcial de uma pesquisa em andamento² sobre o rendimento acadêmico de estudante do curso de Agronomia da Universidade A, trazendo uma análise descritiva do perfil socioeconômico dos reprovados, a partir da qual enfatizamos questões de gênero, cotas e disciplinas que mais reprovam.

Metodologia

Metodologicamente, este trabalho se afirma como um estudo de caso, podendo ser identificado também como uma pesquisa qualitativa que se utiliza de dados quantitativos. Enquanto estudo de caso, investiga especificamente a reprovação no curso de Agronomia da

¹Para garantir o anonimato da instituição pesquisada, no decorrer do texto a mesma será mencionada como Universidade A. Pelo mesmo motivo, as referências do PPC do curso serão omitidas.

²Pesquisa intitulada *Retenção na disciplina de cálculo I na Universidade (...): um estudo de caso interdisciplinar*, que tem o objetivo de refletir sobre os fatores com maior poder para influenciar o rendimento acadêmico de estudantes dos cursos de Engenharia Civil, Engenharia de Materiais e Agronomia, na disciplina de Cálculo I.

Universidade A, buscando conhecer, entre outras coisas, as condições objetivas dos estudantes que reprovam e estabelecendo diversas relações entre as diferentes informações obtidas (triangulação) pelos informantes da pesquisa. Para Yin (2005, p. 32), “o estudo de caso é uma investigação empírica que investiga um fenômeno contemporâneo dentro de seu contexto da vida real”.

As características da pesquisa qualitativa que evidenciam a identificação deste trabalho como tal são suficientemente descritas por Freitas e Jabbour (2011, p. 11): [...] "tem o ambiente natural como a fonte direta de dados e o pesquisador como instrumento fundamental; [...] é descritiva; parte de questões ou focos de interesses amplos, que vão se definindo à medida que o estudo se desenvolve;" [...]

Para este momento inicial da pesquisa, aplicamos questionário semiaberto, contendo 39 questões (ressaltamos que esse total de questões ainda não foi analisado na íntegra). O questionário, que fora elaborado e respondido online, através da ferramenta do *Google forms*, esta dividido em duas partes que se articulam. Com a primeira seção buscamos informações sobre a condição social e econômica dos participantes; com a segunda, as condições que têm para estudar; rendimento acadêmico; hábitos de estudo; bem como a opinião sobre reprovações.

A escolha dos sujeitos foi aleatória: responderam ao questionário 53 estudantes que se disponibilizaram, ao serem abordados pelas pesquisadoras, por ocasião de visitas realizadas na primeira quinzena do mês de junho de 2018, ao campus onde é ofertado o curso. Como o questionário contava com questões de opinião sobre o fenômeno da reprovação, achamos coerente que fosse respondido também pelos estudantes que não tivessem reprovações. Além do que, isto nos proporcionou dados suficientes para realizarmos posteriormente diversas comparações qualitativas entre perfis e opiniões dos que reprovam e dos que não reprovam. O que será feito em outro momento da pesquisa.

Resultados e Discussão

Esta discussão, aqui elaborada a partir de dados iniciais de uma pesquisa mais ampla, não possui ainda poder para explicitar causas da reprovação. Apenas pontua e discute, sem maiores aprofundamentos, o perfil social dos estudantes participantes da pesquisa, que declararam reprovar em alguma disciplina no curso de Agronomia da universidade A, enfatizando gênero e cotas.

Quando ocorreu a coleta de dados, o curso de Agronomia da universidade A contava com um total de 215 estudantes matriculados. Destes, cinquenta e três (53) responderam ao questionário, o que corresponde a quase um quarto do total (24,6%). Destes, trinta (30) ou (56,6%) declaram que já reprovaram em alguma disciplina; um (1) omitiu a resposta desta pergunta e vinte e dois (22) declararam não terem reprovado. Dos participantes, doze (12) estavam cursando o 1º semestre do curso. Do 3º semestre, participaram sete (7), e desses seis (6) já haviam reprovado. Quatro (4) que cursavam o 6º semestre participaram da pesquisa e todos declararam já ter reprovado.

Mais da metade dos participantes (56,6%) experimentaram a reprovação. Dos que não reprovaram ou omitiram a resposta desta questão vinte e três (23) ou 43,4%, dez (10) cursavam o primeiro semestre, e, via de regra, ainda não completaram um ciclo avaliativo na universidade, correspondente à conclusão de um semestre. Caso tivessem concluído, possivelmente este percentual seria maior.

De acordo com pesquisa realizada por Garzella (2013) sobre o rendimento da disciplina de Cálculo I, em uma universidade paulista, nos cursos de Engenharia Agrícola, Engenharia Mecânica Geral e Engenharia Civil, verificou-se taxas de reprovação e desistência variando entre 2,33% a 77,5% de 1997 a 2009. As taxas, no entanto, variam de acordo com o curso: “no curso de Engenharia Agrícola estão concentradas as maiores taxas de reprovação, chegando até a 77,5% de alunos reprovados.” (2013, p. 3). A partir dos dados obtidos pela nossa coleta, a Universidade A possui índices gerais de reprovação, no curso de Agronomia, inferiores à universidade paulista, ao particularizar a disciplina de Cálculo I. Este tipo de aprofundamento realizado por ela será feito em outro momento da nossa investigação.

Quando questionados quais as disciplinas que mais reprovaram, as que mais se repetem estão nos quatro primeiros semestres do curso, o denominado ciclo básico, sobressaindo-se as das áreas de matemática, pela seguinte ordem decrescente: Cálculo I, Física, Química, Estatística. No universo dos reprovados dispomos da seguinte distribuição das quatro disciplinas que mais aparecem em suas respostas: dezenove (19) ou 63,3% reprovaram em Cálculo I; quinze (15) ou 50% reprovaram em Física; oito (8) ou 26,7% reprovaram em Química; e quatro (4) ou 13,3% reprovaram em álgebra.

Estas informações foram afirmadas antes mesmo desta pesquisa, quando a Pró-reitoria de Ensino da Universidade A produziu relatório³ das reprovações do referido curso, analisando todas as disciplinas com percentual de evasão igual ou superior a 20%, entre os anos de 2013 e 2017. Todas as disciplinas do primeiro período estão no critério de análise. No segundo período, das 7 disciplinas obrigatórias, 4 se enquadram no referido critério. No terceiro período, das 7 disciplinas, temos duas dentro do critério. Do quarto período, de 6 disciplinas, uma está no critério. Os demais períodos não possuem disciplinas nas quais o percentual de reprovação seja superior a 20%.

Conforme tal relatório, disciplinas como Morfologia, Sistemas e Fitogeografia de Angiospermas, Calculo Diferencial E Integral, Física Básica I, Química Geral e Analítica, apresentam índices de reprovação que variam entre 12,50% e 86,7%, sendo que as variações mais frequentes permanecem entre 40 e 50%. Garzella (2013) nos ajuda a intuir sobre alguns fatores que colaborariam com tais índices de rendimento, mas sabemos que, para se ter mais poder de afirmação desses motivos, precisamos analisar as opiniões dos estudantes e também dos professores sobre o fenômeno da reprovação:

O grande número de alunos por turma, impedindo que necessidades particulares de determinados grupos de alunos sejam atendidas; a presença da disciplina de Cálculo I, no primeiro semestre dos cursos, dividindo espaço com outras disciplinas que já demandam o conhecimento acerca da área– como Física I, por exemplo; a grande quantidade de conteúdos previstos por semestre que, segundo os alunos, dificulta a aprendizagem; além de aspectos pertencentes à dinâmica do ingresso na universidade, como a mudança de ambiente, a busca por uma nova moradia, a convivência com novas pessoas, a diferença da natureza dos assuntos estudados, etc. (IDEM, p. 2/3).

O que inicialmente não estava no foco de nossas análises neste trabalho, acabou se revelando como um dado relevante da pesquisa. Os participantes dividiram-se em vinte e oito (28) homens e vinte e cinco (25) mulheres. Daqueles, dezesseis (16) reprovaram; e daquelas,

³Esta informação também será omitida, tendo em vista os mesmos motivos explicitados na nota 1.

catorze (14) reprovaram (57% contra 56%). De imediato, percebe-se que o sexo não é um fator que determina o rendimento acadêmico no curso de Agronomia. Este dado, que mostra uma equiparação de gênero no número de reprovações, contradiz o histórico estigma que afirma as mulheres como racionalmente inferiores, pessoas incapazes de obterem sucesso nas áreas exatas, devido à sua “inerente” e “aflorada” sensibilidade e à sua propensão à maternidade, valores historicamente ressaltados na sua educação. O primeiro teórico da modernidade a se preocupar com a educação feminina foi o filósofo Juan Luis Vives (1492-1540), “embora vinculado às ideias aristotélico-tomistas, Vives revelou-se homem do seu tempo ao recomendar o cuidado com o corpo e a atenção com o aspecto psicológico no ensino” da educação feminina. (ARANHA, 2006, p. 130). No Brasil,

foi com a lei de 1827 que pela primeira vez se determinaram aulas regulares para as meninas, embora ainda se justificasse que sua educação tinha por objetivo o melhor exercício das “funções maternais” que elas haveriam um dia de exercer. Essas aulas deveriam ser ministradas por “senhoras honestas e prudentes”, das quais não se exigiriam grandes conhecimentos, uma vez que, em aritmética, por exemplo, bastava ensinar as quatro operações. (IDEM, p. 240).

A discrepância nas condições de ensino tem caráter secular na história da educação brasileira, marcada pelo dualismo e pela completa exclusão de culturas silenciadas como indígenas, negros e mulheres. Chegamos ao início do século XX com pouca ou nenhuma perspectiva de educação formal para estes grupos considerados subalternos. Estas são coisas que, somadas ao ensino público precário, afastaram por muito tempo os pobres dos bancos da universidade. Na tentativa de equiparar as oportunidades de ingressar no ensino superior e motivados por mobilizações da sociedade civil, os governos federais das últimas décadas foram criadas as cotas, com vagas exclusivas para candidatos que possuem os perfis citados.

No universo da pesquisa chama-nos a atenção que dentre os trinta (30) reprovados, dezoito (18) eram cotistas e isto corresponde a 60% do índice de reprovação. Embora estes dados necessitem de maior refinamento em suas análises, fica evidente a necessidade não apenas de políticas de acesso ao ensino superior, mas também de ações institucionais que objetivem a garantia da permanência desses grupos na universidade, visto que a reprovação é um dos fatores que desestimula o estudante a continuar no curso, uma das maiores causas da evasão. Mas não só isso, ela também acarreta severos prejuízos econômicos para os já minguados fundos públicos destinados à educação superior.

Conclusões/considerações finais

Por se tratar de uma pesquisa em andamento, chega-se a esta conclusão com poucas certezas a se afirmar e muitas questões em aberto. Questões que nos propomos a responder com maior convicção em momentos posteriores do desenvolvimento da pesquisa. Foram pontuados apenas alguns dos muitos fatores que causam rendimentos negativos para a aprendizagem do estudante, entretanto, o questionário almeja explorar outros porquês, tais como renda, família, emprego, horas de estudo, opinião sobre as causas das reprovações e outros. Dado o exposto no desenvolvimento do trabalho, fica evidente a necessidade de políticas a fim de nivelar o rendimento acadêmico. No âmbito da pesquisa é possível concluir que a desigualdade de gênero foi bem superada nos dias atuais, porém a luta de igualdade para

os perfis que se encaixam no sistema de cotas ainda não foi cessada. É preciso implementar políticas no ambiente universitário que objetivem atuar nas particularidades de cada reprovação e as comunguem numa solução que torne a aprovação algo mais frequente no cotidiano desses estudantes.

Referências

- ARANHA, Maria Lúcia Arruda. *História da Educação e da Pedagogia: geral e Brasil*. 3ª ed. São Paulo: Moderna, 2006.
- FREITAS, Wesley R. S., JABBOUR, Charbel J. C. Utilizando estudo de caso(s) como estratégia de pesquisa qualitativa: boas práticas e sugestões. *Estudo & Debate*, Lajeado, v. 18, n. 2, p. 07-22, 2011. Disponível em <https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/2148238/mod_resource/content/1/Protocolo%20de%20estudo%20de%20caso.pdf> Acesso em 29/01/2018.
- GARZELLA, Fabiana Aurora Colombo. *Disciplina de Cálculo I: Análise das relações entre as práticas pedagógicas do professor e seus impactos nos alunos*. 2013. 275 f. Tese (Doutorado em educação)- Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 2013.
- YIN. R. K. *Estudo de caso: planejamento e métodos*. 3 ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.